TRABALHADORES DE APLICATIVOS: a tecnologia e a precarização do trabalho dos entregadores de comida

> David da Costa Sousa¹ Hillary Sthefany Miranda Gusmão² Júlia Beatriz Ribeiro Santos³ Victoria Martins Moraes de Sousa⁴

RESUMO

O presente artigo propõe a discussão sobre o trabalho dos colaboradores de aplicativos, com foco nos entregadores de comida, no contexto das transformações nas relações trabalhistas e dos avanços tecnológicos sob a égide neoliberal. Trata-se de um debate que explicita, também, a expansão da precarização ilustrada pelo crescimento do trabalho informal, fartamente exposto no cenário da pandemia do COVID-19. Diante disso, a reflexão terá como fundamento o levantamento bibliográfico e documental, que forneceram subsídios teóricos para o debate sobre como o sistema capitalista tem se reinventado com vistas a sua manutenção através da exploração e dominação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: trabalho; precarização; neoliberalismo.

ABSTRACT

The article discusses the work of app delivery workers' labor, focusing on food deliverers, in the context of transformations in labor relationships and technological advances under the neoliberal aegis. This debate also explains the expansion of precariousness illustrated by the growth of informal work, abundantly exposed in the COVID-19 pandemic scenario. Therefore, bibliographic and documentary survey based this reflection, which provided theoretical support for the debate on how capitalism reinvented itself regarding its maintenance through the exploitation and domination of the working class.

Keywords: labor; precariousness; neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

¹Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); E-mail: sousa.david@discente.ufma.br.

⁴Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); E-mail: victoria.moraes@discente.ufma.br.















²Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Maranhão (UFMA); E-mail: hillary.gusmao@discente.ufma.br.

³Graduanda em Servico Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); E-mail: julia.beatriz@discente.ufma.br.



TKABALHO ALIENADO, DESTRUICAO DA NATUREZA E

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

O presente artigo propõe uma discussão sobre o trabalho e como seu sentido tem se alterado no decorrer do tempo, por meio dos avanços tecnológicos, com o intuito de reatualizar o acúmulo capitalista de riquezas através da exploração e extração da mais-valia do trabalhador.

Na década de 1970, com a crise do Estado Social e o início da Terceira Revolução Industrial, tivemos uma reconfiguração do capitalismo e um salto gigantesco do conhecimento tecnológico, que amplia sua influência na vida cotidiana. Os teóricos neoliberais passam a culpar os grandes tentáculos do Estado, os investimentos em políticas públicas e os vastos direitos sociais pela queda das taxas de lucro do capital, induzindo a estratégias, nas quais se destaca a reestruturação produtiva "cuja característica central é a geração de um desemprego crônico e estrutural" (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p.124), para superar a crise.

Esse desemprego, segundo Behring e Boschetti (2016), se faz necessário tanto porque desorganiza as lutas da classe trabalhadora, visto que, na lógica neoliberal ascendente, esses trabalhadores possuem excessivos direitos sociais e privilégios, como porque estimula o crescimento do exército industrial de reserva. Isso faz com que se tenha uma força de trabalho disponível que se submeterá a qualquer trabalho por um preço abaixo do que vale suas credenciais. Por isso, não por acaso, a retomada do crescimento das taxas de lucro se desvincula da plena geração de emprego.

Nessa nova lógica, as relações de trabalho são flexibilizadas e os direitos trabalhistas reduzidos, favorecendo a extração de mais-valia pela classe burguesa. Somado a isso, temos uma corrida tecnológica mundial para potencializar a produtividade do trabalho, dividindo os países em centro x periferia e atenuando a desigualdade social.

Diante disso, a mundialização do capital⁵ em conjunto com o avanço tecnológico abre espaço para o desenvolvimento de aplicativos de entrega de comida. Os mais famosos são sempre desenvolvidos nos países centrais e disseminados,

⁵Reestruturação produtiva do capitalismo, ocorrida no fim do século XX, baseada na centralização do capital e descentralização econômica.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

principalmente, nos países periféricos, que são os que mais sofrem com o desemprego crônico e a redução de direitos trabalhistas. Apesar de não terem vínculo empregatício com essas empresas, os trabalhadores destes países acabam cadastrando-se para tentar suprir suas necessidades básicas e garantir sua sobrevivência.

E assim conforma-se a atual fase informacional do capital, que se sustenta, principalmente, por meio da robótica e da globalização⁶, influenciando na atuação do sistema produtivo e dos profissionais. No caso dos aplicativos e dos trabalhadores vinculados a eles, só quem se subordinar às regras do sistema consegue se adaptar à realidade marcada pelo constante fluxo de informações e mudanças.

Sendo assim, para dar base a esta discussão, foram reunidos dados e informações de fontes secundárias através de pesquisas bibliográficas, uma vez que houve a necessidade de resgatar eventos passados e aprofundar questões atuais para compor o artigo, que está estruturado em dois itens, além desta introdução e da conclusão. O primeiro faz uma breve recuperação sócio-histórica da categoria trabalho no capitalismo, caracterizando as fases comercial e industrial, até mergulharmos na informacional.

No segundo item, abordaremos o constante desenvolvimento tecnológico, explicitado através da criação dos aplicativos de entrega, que atraem os prestadores de serviços a partir de uma lógica supostamente empreendedora, na medida em que sugerem a falsa impressão para esses trabalhadores de que serão chefes de si mesmos. Entretanto, não possuem salário fixo, jornada de trabalho exata, tampouco proteção social trabalhista, e ainda sim são obrigados a aceitarem essas condições para garantirem a renda mensal.

Portanto, discutiremos como as atuais transformações capitalistas influenciam no bem-estar e nos direitos sociais dos trabalhadores, para que possamos refletir e problematizar ideologias disseminadas com o intuito de desarticular a classe trabalhadora e retirar seus direitos historicamente conquistados, além de esclarecer a importância da união e conscientização dessa classe para fortificar uma luta por melhores condições de vida e de trabalho.

⁶Integração econômica, cultural, social e política, a nível mundial, dos países.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

2 TRABALHO: UMA BREVE CONFIGURAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Segundo Netto e Braz (2007), o objetivo da Economia Política é estudar as leis que regulam a produção e a distribuição dos meios necessários para satisfazer as necessidades individuais e coletivas dos homens, e seu objeto são as relações sociais existentes que são próprias à atividade econômica. Para entendermos tais relações, precisamos também compreender o trabalho, pois ele é a base da atividade econômica, responsável por produzir os bens que compõem a riqueza social.

Entendemos o trabalho, a partir das ideias de Netto e Braz (2007), como um bem inalienável do ser humano, dado que é uma ação transformadora de matérias naturais em produtos e realizada por homens e mulheres que precisam atender às suas necessidades, tendo como consequência o estabelecimento de relações sociais. Netto e Braz (2007) colocam que o trabalho se destaca por não operar com uma atuação imediata sobre a matéria natural, já que exige instrumentos para mediar a ação entre sujeito (sociedade) e objeto (natureza). Além disso, não se realiza cumprindo necessidades biologicamente estabelecidas, e sim quando a natureza é transformada e a intenção previamente estabelecida pelo sujeito é objetivada.

Outra importante característica é que ele sempre será uma atividade coletiva, contribuindo assim para o nascimento do ser social, que tem seu ponto de partida nas especificidades e exigências colocadas pelo trabalho para distingui-lo da natureza através do processo de humanização (NETTO; BRAZ, 2007). Portanto, o trabalho não nos ajuda apenas a entender a atividade econômica, mas também a enxergar o modo de ser dos indivíduos em sociedade, desde o comunismo primitivo – sem recursos e instrumentos avançados –, até o capitalismo vigente – marcado pela complexidade social e tecnológica.

Para Netto e Braz (2007), o comunismo primitivo pode ser descrito como a inicial forma de organização social e produtiva dos primeiros grupos propriamente humanos. Nesse período, os indivíduos sobreviviam com a caça e a coleta de vegetais, o nomadismo imperava, não havia propriedade privada e a produção era compartilhada entre todos. Quando a agricultura surge e esses povos consequem

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

domesticar os animais, a relação entre os humanos e a natureza se transforma e os instrumentos de trabalho são aperfeiçoados.

No entanto, a transformação mais importante estava no fato de "os resultados da ação do homem sobre a natureza permitirem uma produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas da sobrevivência dos seus membros" (NETTO; BRAZ, 2007, p.57), fazendo surgir o excedente de produção que gera, nas palavras de Netto e Braz (2007, p.57), uma "maior divisão na distribuição do trabalho" e a possibilidade de acumulação por meio da exploração do homem pelo homem. Quando isso se consolida, temos a ascensão do escravismo.

Nessa nova fase, o que predomina é a dominação de outros povos ou classes para a realização do trabalho. A sociedade, agora, organiza-se em dois polos: "no cume, uma minoria de proprietários de terras e de escravos [...] e, na base, a massa de homens que não tem sequer o direito de dispor da própria vida. " (NETTO; BRAZ, 2007, p.66). Sendo assim, o proprietário de escravos extrai destes o produto excedente, que se torna uma mercadoria, o comércio se desenvolve e o dinheiro aparece (NETTO; BRAZ, 2007). Porém, com a queda do Império Romano por conta das "invasões bárbaras", o escravismo também se desintegra.

Eis que emerge, então, o feudalismo. Aqui, os feudos – "unidades econômicosociais" – pertencem aos nobres, mas tendo uma parte ocupada pelos servos mediante o pagamento de tributos e prestações de serviços (NETTO; BRAZ, 2007). Essa sociedade estamental dividia-se entre nobres, servos, e o clero – Igreja Católica –, que detinha grande influência social e grandes extensões de terra. Dessa forma, o excedente econômico era retirado dos servos e o trabalho era considerado uma obrigação destinada a esses camponeses, visto que a ideologia disseminada pela Igreja dizia que cada estamento tinha sua função: os nobres guerreavam, o clero orava e os servos trabalhavam.

Quando os feudos começam a se tornar insuficientes para a produção devido à explosão demográfica dentro dessas unidades – o que fez o excedente populacional ser expulso por conta da limitação na produção de alimentos –, teremos o desenvolvimento do comércio e o estabelecimento de rotas comerciais, dando origem aos burgos e formando o embrião do capitalismo. Este modo de produção irá operar

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

de forma diferente, porque "pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia* na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas" (NETTO, 2001, p.24), fundando-se, então, na exploração do trabalho.

Antes, o artesão intervia em todas as fases da produção da mercadoria e detinha a propriedade dos meios de produção, porém, no capitalismo, esses meios de produção são apropriados pela burguesia e o artesão torna-se um trabalhador assalariado, ou seja, sobrevive com a venda da sua força de trabalho. Podemos dizer, então, que o burguês lucra na medida em que consegue retirar desse trabalhador a mais-valia – tempo de trabalho não pago –, o que torna-se o objetivo principal da classe dominante em todas as fases capitalistas.

A primeira delas é a comercial, marcada pela expansão das atividades mercantis dos países absolutistas e pela formação de monopólios comerciais espalhados pelo mundo. Entretanto, Netto e Braz (2007) colocam que as condições econômicas da sociedade, que se tornava cada vez mais burguesa, chocavam-se com a superestrutura política, que continuava feudal, o que culminou na Revolução Burguesa, em 1789, marcando assim a tomada do poder político pela burguesia e "o desenvolvimento de novas forças produtivas" (NETTO; BRAZ, 2007, p.75) para a perpetuação da exploração da classe trabalhadora.

Ainda no século XVIII, ocorre a Primeira Revolução Industrial em solo inglês, instalando a maquinofatura e aprofundando a utilização da tecnologia como meio de trabalho. A produção era feita, majoritariamente, dentro das indústrias situadas nos centros urbanos, assim os camponeses/artesões, após serem expulsos do campo por conta do cercamento de terras, migram para as cidades e iniciam o trabalho nas fábricas visando a garantia de sua sobrevivência. Como nesse período não existiam leis trabalhistas, os burgueses extraíam a mais-valia a partir da extensão das jornadas de trabalho e o estabelecimento de salários baixos, o que Netto e Braz (2007, p.108) designam como produção de mais-valia "absoluta".

Simultaneamente a isso, as condições de trabalho eram insalubres, o que se torna pauta de reivindicação da classe trabalhadora. Dessa forma, Netto e Braz (2007, p.108) colocam que essa produção de mais-valia absoluta encontra dois limites que impedem sua perpetuação: o primeiro é de natureza fisiológica, visto que "uma força

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

de trabalho submetida a médio prazo a jornadas prolongadas torna-se débil, logo se exaure e tem sua reprodução ameaçada"; e o segundo é de natureza política, pois "a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas estendidas, protagonizadas pelo movimento operário", forçam uma intervenção estatal para regularizar os embates entre capital x trabalho.

Entretanto, a burguesia encontra uma alternativa para proceder à extração de mais-valia: a intensificação do ritmo de trabalho. Procurava estratégias visando aumentar as escalas de produção e lucro, padronizar produtos, além de diminuir os custos de transporte e o tempo destinado para produzir. Dessa forma, no final do século XIX, após mais avanços tecnológicos advindos da Segunda Revolução Industrial, surge o sistema taylorista de organização da produção, objetivando a maximização produtiva através da racionalização do trabalho.

Frederick Taylor observou a necessidade de que "se subdividisse ao extremo diferentes atividades em tarefas tão simples quanto esboços de gestos" (PINTO, 2013, p. 26) para centralizar as funções de cada trabalhador, evitando assim o desperdício de tempo na produção. Cada funcionário, então, exerceria uma função específica, podendo ser treinados em um espaço de tempo menor, assim como também seriam alheios ao resultado final (PINTO, 2013). Para isso, é necessária a eficácia da gerência, que deve administrar e supervisionar o ambiente de trabalho, planejar a produção e incentivar os funcionários a terem rendimento máximo mediante uma melhoria nos salários e uma redução da jornada de trabalho.

No entanto, apesar das ideias de Taylor trazerem lucros aos empregadores e algumas vantagens para os empregados, elas colocam em evidência a mecanização dos operários, já que as funções únicas e os movimentos repetitivos deram a eles um aspecto robotizado, expropriando seus conhecimentos e congelando suas qualificações, além de torná-los facilmente substituíveis.

No começo do século XX, como desdobramento do Taylorismo, estabeleceuse o Fordismo, marcado pela produção em massa a partir da padronização da produção, do incremento da esteira rolante e da linha de montagem. Desse modo, os trabalhadores passam a operar ainda em uma única função, mas agora de acordo com o tempo das máquinas (PINTO, 2013). Esse sistema tinha como objetivo a

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

comercialização do maior número possível de veículos da marca Ford a preços acessíveis, já que os custos de produção eram baixos. Portanto,

A ideia fundamental no sistema taylorista/fordista [...] é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário tornase efetivamente um "apêndice da máquina" (PINTO, 2013, p. 38).

Apesar de Henry Ford limitar o expediente e aumentar os salários dos operários por compreender que estes são possíveis consumidores de seus produtos, o Fordismo acaba por desqualificar esses trabalhadores por conta da alta divisão do trabalho em tarefas menores.

Assim sendo, sabemos que, para que o capitalismo possa se renovar e continuar retirando a mais-valia da classe trabalhadora, as crises dos ciclos econômicos se fazem necessárias. Com a crise do petróleo nos anos 1970, o sistema taylorista/fordista entra em colapso junto com o Estado de Bem-Estar Social, fazendo com que os países capitalistas precisassem achar uma saída para estabilizar a economia. Dessa forma, o neoliberalismo inicia sua ascensão como novo modelo econômico e surge, no Japão, um terceiro sistema de organização da produção: o Toyotismo.

Este sistema se estabelece pelo princípio do *just in time*, ou seja, os estoques dos produtos e das matérias-primas são controlados ou totalmente eliminados através da produção de acordo com a demanda dos consumidores (PINTO, 2013). Aqui irá se prezar pela qualidade no lugar da quantidade e a oferta de produtos nunca será maior que a demanda, evitando assim a superprodução. Além disso, os trabalhadores passam a realizar diversas funções, dependendo da necessidade da empresa. Dessa maneira, com a disseminação desse sistema pelo mundo, um novo regime de acumulação de capital entra em vigor: a "acumulação flexível", que

Exige que se flexibilizem as leis que regulamentam o uso e a alocação da força de trabalho pelas empresas. Isso implica em alterações na legislação trabalhista, levando, principalmente nas economias periféricas, onde já são escassas as estruturas de proteção social por parte do Estado, à redução dos direitos dos trabalhadores e à crise do movimento sindical, através da elevação do número de contratações precárias (como as temporárias, por tempo parcial etc.), mudanças nas normas salariais (como vinculação dos salários ao faturamento das firmas), com heterogeneização entre os segmentos do mercado de trabalho (PINTO, 2013, p. 79).

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Isso tudo se interliga com o neoliberalismo, que prezará pela reatualização do poder do mercado, o que remete ao aumento da iniciativa privada na produção, flexibilização do trabalho e atingirá a esfera estatal, "cujo principal atributo tem sido a renúncia a compensações sociais e à coletivização de direitos à totalidade da classe trabalhadora, nos contratos firmados com o empresariado. " (PINTO, 2013, p.84). No entanto, Rizzeto e Gurgel (2020) vão apontar que, além dessa flexibilização do trabalho, teremos também a terceirização e a informalidade como os outros dois elementos que irão compor a tríade de destruição das relações trabalhistas.

É também importante observar que, nesse período, tivemos um avanço tecnológico – principalmente com o surgimento da internet e dos primeiros computadores – como consequência da Terceira Revolução Industrial. As empresas, agora, focam na mundialização do capital, logo descentralizam a produção e reduzem o número de empregados, gerando um desemprego estrutural.

Como o desenvolvimento tecnológico é constante, Rizzeto e Gurgel (2020) colocam que podemos até falar em Quarta Revolução Industrial, datando do início do século XXI, que ainda está em desenvolvimento. Essa "Quarta Onda" é marcada, sobretudo, pela expansão do acesso à internet e pelo estabelecimento de indústrias de alta tecnologia que desenvolvem, dentre outras coisas, aplicativos e robôs. Esse avanço tecnológico gera grandes impactos na produção e também na classe trabalhadora, principalmente com a criação dos aplicativos de entrega, visto que a tríade de destruição das relações trabalhistas se expande para o que conhecemos – e discutiremos posteriormente – como "uberização" das relações de trabalho.

Assim sendo, pudemos observar que, ao longo do tempo, a forma de produzir, o trabalho e as relações sociais de produção sofreram várias modificações com o objetivo de elevar a produção e ampliar a extração de mais-valia dos trabalhadores. Com a consolidação do modelo neoliberal, durante a fase informacional do capitalismo, e o desenvolvimento constante dos aparatos tecnológicos, essas modificações continuam em andamento, especialmente a partir do processo de automação – substituição de humanos por máquinas – da produção, que beneficia a

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

burguesia porque abre brechas para a diminuição do valor da força de trabalho humano.

Além disso, na década passada, a explosão de popularidade dos aplicativos de entrega fortaleceu as empresas de alta tecnologia e a economia de compartilhamento. Portanto, a discussão a ser feita, e que será aprofundada no próximo tópico, é a forma como todas essas mudanças que ocorrem no capitalismo – visando sua renovação, o aumento dos lucros e a manutenção da burguesia como dona dos meios de produção – irá impactar nas condições de trabalho dos entregadores de comida diariamente superexplorados, principalmente com o desmonte dos direitos trabalhistas e o início da pandemia do COVID-19.

3 A "UBERIZAÇÃO" E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ENTREGADORES DE COMIDA

Sabemos que, desde a ascensão do neoliberalismo em países centrais, nos anos 1970, no Brasil, nos anos 1990, a tecnologia ampliou seu impacto no mundo do trabalho. Aplicativos de entrega, como *Uber Eats* e *iFood*, desenvolvidos por empresas de alta tecnologia, surgem para facilitar o acesso dos consumidores aos estabelecimentos de comida, com preços e taxas de entrega baratas e rapidez na entrega do produto. A partir de sua popularização, surge uma categoria profissional formada por sujeitos que tornam-se, em vez de empregados das grandes empresas, colaboradores. Esses indivíduos se submetem à essa condição, principalmente, por necessidade de obtenção ou complemento da renda familiar.

Segundo Martins (2019), essa categoria profissional não possui regulamentação, jornada de trabalho exata e salário fixo, ou seja, sua remuneração depende da quantidade de horas trabalhadas. O *iFood*, por exemplo, opera com um sistema que não deixa outra alternativa ao entregador a não ser aceitar qualquer chamada, já que passa a oferecer menos corridas caso o colaborador comece a rejeitar muitos pedidos em um dia. Já o *Uber Eats* só oferece uma quantidade maior de corridas na medida em que o trabalhador alcança uma pontuação alta – para mostrar credibilidade à empresa –, caso contrário a quantidade continuará sendo

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

pequena, independentemente de quanto tempo ele passe sendo vinculado ao aplicativo.

As empresas operam dessa forma porque sabem da presença, inerente ao capitalismo, de um exército industrial de reserva e "valem-se da existência desse contingente de desempregados para pressionar para baixo os salários [...]. Não há exemplo de economia capitalista sem desemprego. " (NETTO; BRAZ, 2007, p.132). Portanto, é um ultimato: ou o trabalhador aceita as condições ou as empresas o desvinculam a qualquer momento, uma vez que existem outras milhões de pessoas que podem substituí-lo.

Toda essa conjuntura de aumento do desemprego estrutural e desmonte de direitos trabalhistas faz parte da agenda do neoliberalismo que, segundo Montaño (2002), elimina a intervenção social do Estado e coloca o mercado como o regulador das relações sociais e principal ofertador de serviços essenciais, em reposta à crise dos anos 1970. As políticas sociais universais, típicas do Estado de Bem-Estar Social, são acusadas pelos neoliberais de esvaziarem os fundos públicos, desestimularem a população a se inserir no mercado de trabalho e causarem a crise em questão. Logo, proclamam desmontes que são potencializados com a redução do papel do Estado na área da proteção social.

No lugar dessas políticas sociais, que visavam igualdade e justiça social, Montaño (2002) coloca que a desigualdade e a concorrência ascendem para estimularem o crescimento social. Dessa forma, Couto (2006) explicita que a crença liberal de que os indivíduos, sem a ajuda estatal, são responsáveis pelo seu desenvolvimento individual, é retomada e disseminada pelo neoliberalismo, o que leva a sociedade a entender, erroneamente, que os entregadores de comida – por, teoricamente, serem seus próprios chefes – são "empreendedores". Com isso, o desmonte de direitos trabalhistas é facilmente aceito no seio social, consolidando o que Antunes (2020) chama de "uberização" das relações de trabalho.

Essa "uberização", em outras palavras, é a individualização e a precarização das relações de trabalho, com o assalariamento e a exploração cada vez mais encobertos. Martins (2019) diz que os aplicativos oferecem liberdade, flexibilidade e ausência de burocracia para os entregadores de comida, mas sem vínculo







APOIO











Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

empregatício, o que deixa esses indivíduos na informalidade e sem garantias trabalhistas, como féria remuneradas, 13º salário e acesso à Previdência Social.

No Brasil, em 2017, para intensificar esse processo de exploração da classe trabalhadora, tivemos uma contrarreforma trabalhista que dizia combater o desemprego, através da flexibilização de contratação e demissão de funcionários e de uma ampliação do setor terciário para reduzir custos empresariais, o que não ocorreu após sua aprovação. Conforme dados do IBGE (2021), as taxas de desemprego no Brasil seguem altas, com um índice de 14,7% de fevereiro a abril de 2021, configurando um aumento de 3,4% em relação ao trimestre anterior.

Diante do exposto, Krein, Oliveira e Filgueiras (2018) falam que o que se pode perceber é uma substituição de cargos protegidos pela legislação trabalhista por outros temporários e desprotegidos, contribuindo para o crescimento da informalidade, ou seja, os contratos de trabalho entre empregador e empregado tornam-se extremamente frágeis, uma vez que o trabalhador é facilmente substituível, a proteção social é reduzida, as condições de trabalho junto com a qualidade do emprego "gerado" são péssimas e os indivíduos são cada vez mais obrigados a se sujeitarem às necessidades do capital por conta do desemprego estrutural, que atinge todas as faixas etárias da população.

A partir disso, podemos configurar os novos modelos de contrato de trabalho: baseados na economia colaborativa, são vendidos como atraentes e ideais, prevendo um estilo de trabalho mais autônomo, flexível e por demanda. As empresas que concentram o mercado mundial dos aplicativos exploram a mão-de-obra e não possuem qualquer responsabilidade ou obrigação em relação aos colaboradores. Como consequência, temos o estabelecimento da "uberização" das relações de trabalho, que intensifica a questão social já existente na sociedade, visto que esta é "constitutiva do desenvolvimento do capitalismo" (NETTO, 2001, p.45).

Em 2020, com a pandemia do COVID-19⁷, a crise econômica, política e social mundial se agrava e o setor de empregos é afetado diretamente. No Brasil, milhões

⁷Doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, detectado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan (China); em 11 de março de 2020, foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia e, atualmente, a vacina juntamente com o distanciamento social e o uso de máscara e álcool em gel são as medidas mais eficazes para o seu enfrentamento.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

de pessoas enfrentam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, seja por falta de vagas ou receio de contrair o novo coronavírus (IBGE, 2021). O desemprego aumenta, visto que várias empresas começaram a fechar as portas devido às restrições impostas pela atual conjuntura, e, consequentemente, a informalidade cresce também, pois, segundo Salomão (2020), o número de entregadores no *iFood* passou de 147 mil para 170 mil de fevereiro para março em 2020, além de outros que retornaram durante a pandemia depois de meses sem utilizar o aplicativo.

Sendo assim, do ponto de vista das empresas, a pandemia trouxe pontos positivos, já que uma grande massa de pessoas teve que migrar para os aplicativos por falta de renda, gerando uma alta extração de mais-valia por parte da burguesia. Já do ponto de vista social, a pandemia complexificou ainda mais as expressões da questão social que já estavam presentes em nossa sociedade (pobreza, desemprego, fome, doenças etc.).

Por conta dessa complexificação, Salomão (2020) diz que os entregadores de aplicativos, superexplorados e expostos ao vírus diariamente, começam a reivindicar por uma remuneração mais justa, através do estabelecimento de uma taxa mínima por corrida maior que a atual, por um pagamento padronizado por quilometragem percorrida e pela suspensão de bloqueios realizados sem justificativa. Essas reivindicações deixam claro o poder implícito que essas empresas possuem, pois se apresentam como meras intermediadoras entre oferta e demanda, mas, na verdade, são elas que determinam as regras que definirão as relações trabalhistas.

Portanto, sendo o neoliberalismo um sinônimo de aumento das iniciativas privadas, flexibilização das relações de trabalho e desregulamentação dos direitos sociais, é importante que a classe trabalhadora adquira ciência da exploração oriunda da relação capital/trabalho, compreenda de que modo esta lhe atinge, se organize, se fortifique e reaja a essa conjuntura de desmontes, para prosseguir na reivindicação por benefícios e condições dignas de vida e trabalho.

Além disso, é necessário lutar pela existência de um Estado provedor de políticas públicas e proteção social, afinal "a aplicação do direito do trabalho [...] é uma questão eminentemente política, que indica o tipo de sociedade que se pretende construir" (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2018, p.11). Com isso, o avanço ou

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

definhamento da influência das práticas neoliberais, em conjunto com o avanço tecnológico, nos trabalhadores, dependerá totalmente do contexto onde são inseridas.

4 CONCLUSÃO

O propósito desta reflexão foi discutir como as atuais transformações capitalistas impactam na vida da classe trabalhadora, principalmente daqueles que se encontram na informalidade, a exemplo dos entregadores de comida. Estes configuram um conjunto de trabalhadores com parca proteção social, expostos a uma superexploração de sua força de trabalho em nome da sobrevivência, o que mostra o quanto o trabalho, nos moldes capitalistas, aliena e fetichiza as relações de trabalho, dificultando o enfrentamento das contrarreformas que seguem extinguindo políticas sociais e direitos.

Essa situação é potencializada com a pandemia do COVID-19 e seus impactos na vida em sociedade, na economia mundial e no mundo do trabalho, contribuindo para a expulsão de muitos trabalhadores de seus cargos e o crescimento da informalidade. Assim, o levantamento bibliográfico, aliado a dados estatísticos, possibilitou visualizar o percurso sócio-histórico do trabalho até chegar na Quarta Revolução Industrial, marcada pelo modelo econômico neoliberal e fundamentada na ampliação do desenvolvimento tecnológico, com destaque para a criação de aplicativos.

Então, alienar-se frente ao avanço do neoliberalismo como modo de vida é desconhecer ou compactuar com o ideal das grandes empresas de aplicativos, que promete ajudar, sem formar vínculos empregatícios, indivíduos economicamente frágeis a tomar controle de suas vidas sem precisar da ajuda do Estado, contribuindo assim para o enraizamento da meritocracia em uma sociedade onde a desigualdade social é escancarada e as expressões da questão social são intensificadas diariamente. Ressalta-se, por fim, a importância de mais estudos e problematizações sobre a conjuntura capitalista e seus impactos para a classe trabalhadora numa perspectiva crítica e de caráter educativo-organizativa.















CRISE DE HEGEMONIA Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 333 pp.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Véras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil. Campinas: Curt Nimuendajú. 2018. 304p.

MARTINS, Thays. Entenda o mercado de trabalho dos aplicativos. Correio Braziliense. Disponível 2019. em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-eformacao/2019/04/21/interna-trabalhoeformacao-2019,750680/a-onda-agora-eaplicativos.shtml. Acesso em: 25 jul. 2021.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". In: Lutas Sociais, n.8, 2002.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". In: **Temporalis**. Ano 2, n. 3 (jan/jul 2001), Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

NETTO, José Paulo: BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

PINTO. Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século XX: taylorismo. fordismo e toyotismo. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 88p.

RIZZETO, Ricardo Silva; GURGEL, Clarisse Toscano de Araújo. O Trabalho na Quarta Revolução Industrial. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 20, pp. 117-140. Novembro de 2020.

SALOMÃO, Karin. **iFood e Rappi**: mais entregadores (e mais cobrança por apoio) na pandemia. Exame, 2020. Disponível em: https://exame.com/negocios/coronavirusleva-mais-entregadores-e-gorietas-aos-apps-de-delivery/. Acesso em: 09 ago. 2021.













